

Leonardo Boff

É teólogo e filósofo

➤ No Brasil se fez até agora apenas distribuição desigual de renda, mesmo nos governos do PT. Não se mexeu na estrutura da concentração da renda. O que precisamos, se quisermos mudar a face social do Brasil, é introduzir uma redistribuição que implica mexer nos mecanismos de apropriação de renda

Equívocos conceptuais no governo do PT

Estimo que parte das razões que levaram multidões às ruas no mês de junho tem sua origem nos equívocos conceptuais presentes nas políticas públicas do governo do PT. Não conseguindo se desvencilhar das amarras do sistema neoliberal imperante no mundo e internalizado, sob pressão, em nosso país, os governos do PT tiveram que conceder imensos benefícios aos rentistas nacionais para sustentar a política econômica e ainda realizar alguma distribuição de renda, via políticas sociais, aos milhões de filhos da pobreza.

O atlas da exclusão social – “Os Ricos no Brasil” (Cortez, 2004) – embora seja de alguns anos atrás, mantém sua validade, como o mostrou o pesquisador Márcio Pochmann (“O país dos desiguais”, Le Monde Diplomatique, outubro 2007). Passando por todos os ciclos econômicos, o nível de concentração de riqueza, até a financeirização atual, se manteve praticamente inalterado. São 5 mil famílias extensas que detêm 45% da renda e da riqueza nacionais. São elas, via bancos, que emprestam ao governo; segundo dados de 2013,

recebem anualmente do governo R\$ 110 bilhões em juros. Para os projetos sociais (Bolsa-Família e outros) são destinados apenas cerca de R\$ 50 bilhões. São os restos para os que são considerados o resto.

Em razão dessa perversa distribuição de renda, comparecemos como um dos países mais desiguais do mundo. Vale dizer, como um dos mais injustos, o que torna nossa democracia extremamente frágil e quase farsesca. O que sustenta a democracia é a igualdade, a equidade e a desmontagem dos privilégios.

No Brasil se fez até agora apenas distribuição desigual de renda, mesmo nos governos do PT. Quer dizer, não se mexeu na estrutura da concentração da renda. O que precisamos, urgentemente, se quisermos mudar a face social do Brasil, é introduzir uma redistribuição que implica mexer nos mecanismos de apropriação de renda. Concretamente, significa: tirar de quem tem demais e repassar para quem tem de menos.

Ora, isso nunca foi feito. Os detentores do ter, do poder, do saber e da comunicação social conseguiram sempre impedir esta revolução básica, sem a

qual manteremos indefinidamente vastas porções da população à margem das conquistas modernas. O sistema político acaba servindo a seus interesses. Por isso, como repetia com frequência Darcy Ribeiro, nós temos uma das elites mais opulentas, antissociais e conservadoras do mundo.

Os grandes projetos governamentais destinam porções significativas do orçamento para os projetos que as beneficiam e as enriquecem ainda mais: estradas, hidrelétricas, portos, aeroportos, incentivos fiscais, empréstimos com juros irrisórios do BNDES. A isso se chama crescimento econômico, medido pelo PIB, que deve se equacionar com a inflação, com as taxas de juros e o câmbio. Privilegia-se o agronegócio exportador, que traz dólares; e não a agroecologia, a economia familiar e solidária, que produzem 60% daquilo que comemos.

O que as multidões da rua estão reclamando é: desenvolvimento em primeiro lugar e, a seu serviço, o crescimento (PIB). Crescimento é material. Desenvolvimento é humano. Significa: mais educação, mais hospitais de qualidade, mais saneamento básico, melhor transporte coletivo, mais segurança, mais acesso à cultura e ao lazer. Em outras palavras: mais condições de viver minimamente feliz, como humanos e cidadãos, e não como meros consumidores passivos de bens postos no mercado. Em vez de grandes estádios,

cujas entradas, para assistir aos jogos, têm, em grande parte, custos proibitivos para o povo, mais hospitais, mais escolas, mais centros técnicos, mais cultura, mais inserção no mundo digital da comunicação.

O crescimento deve ser orientado para o desenvolvimento humano e social. Se não se alinhar a esta lógica, o governo se vê condenado a ser mais o gestor dos negócios do que o cuidador da vida de seu povo, das condições de sua alegria de viver e de sua admirada criatividade cultural.

As ruas estão gritando por um Brasil de gente e não de negócios e de negociatas; por uma sociedade menos malvada, devido às desigualdades gritantes; por relações sociais transparentes e menos escusas que escondem a praga da corrupção; por uma democracia onde o povo é chamado a discutir e a decidir junto com seus representantes o que é melhor para o país.

Os gritos são por humanidade, por dignidade, por respeito ao tempo de vida das pessoas para que não seja gasto em horas perdidas nos péssimos transportes coletivos, mas liberado para o convívio com a família, ou para o lazer. Parecem dizer: “Recusamos ser animais famintos que gritam por pão; somos humanos, portadores de espírito e de cordialidade, que gritamos por beleza; só unindo pão com beleza viveremos em paz, sem violência, com humor e sentido lúdico e encantado da vida”. O governo precisa dar esta virada.

Alencar Garcia de Freitas

É jornalista

➤ Se fosse reformado e ampliado, local poderia ser um grande centro de atração turística em Vitória

Que tal transformar o Mercado da Vila Rubim?

Várias capitais brasileiras têm os seus mercados populares que são como pontos de atração turística. Vitória também tem o seu, que é o Mercado da Vila Rubim, o único sobrevivente dos três mercados populares – da Capixaba e o São Sebastião, este em Jucutuquara – então existentes na Capital.

O Mercado da Vila Rubim existiu durante muitos anos, improvisadamente,

tendo apenas o prédio central, antigo, ainda existente até hoje, sendo o resto do seu acervo formado de palafitas, até que fosse construído, na administração municipal de Jair de Andrade, o que está aí até hoje. Por sinal, passando da hora de ser reformado e ampliado para dar um maior conforto aos empresários que ali trabalham e um melhor atendimento à clientela que continua dando

preferência àquele logradouro.

Apesar de vitimado por dois incêndios de grandes proporções que destruíram alguns boxes e da necessidade de reformas e ampliações, ele continua sendo muito frequentado, inclusive por turistas.

O Mercado da Vila Rubim poderia se tornar uma grande atração turística, se o poder público estivesse mais atento e mais consciente quanto à necessidade de transformá-lo em um grande centro comercial, como acontece com os mercados públicos de Salvador, Recife, Belém e Manaus – para citar apenas essas capitais. No caso do Mercado da Vila Rubim, pela sua localização bem na entrada de Vitória, poderia servir como um belo e atrativo cartão-postal, em vez

de passar, na situação atual, uma péssima impressão aos que visitam Vitória pela primeira vez, porque os moradores da Grande Vitória já se acostumaram com a tremenda feiura que é aquele amontoado de galpões malcuidados.

Além disso, tem a ferragem exposta da antiga ponte, caindo aos pedaços, colocando em risco a vida de frequentadores do logradouro, quando na verdade, a velha ponte de ferro, reformada e pintada, bem que poderia melhorar a vista do local. Acredito que uma parceria inteligente, envolvendo os poderes públicos do município, do Estado e federal, poderia viabilizar um projeto e tanto para o Mercado da Vila Rubim e o seu entorno.